

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DEPARTAMENTO DE ECONOMIA CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

BRUNA LALESKA DOS SANTOS SOBRAL

O CENÁRIO DO DESEMPREGO NO BRASIL E RELATOS SOBRE CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS ADICIONAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA

BRUNA LALESKA DOS SANTOS SOBRAL

O CENÁRIO DO DESEMPREGO NO BRASIL E RELATOS SOBRE CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS ADICIONAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Paraíba.

Orientador (a): Prof. Dr. Laércio Damiane Cerqueira da Silva

Catalogação na publicação Seção de Catalogação e Classificação

S661c Sobral, Bruna Laleska dos Santos.

O cenário do desemprego no Brasil e relatos sobre causas e consequências adicionais em tempos de pandemia / Bruna Laleska dos Santos Sobral. - João Pessoa, 2021. 28 f.

Orientação: Laércio Damiane Cerqueira da Silva. TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Desemprego. 2. Pandemia. 3. Qualificação profissional. I. Silva, Laércio Damiane Cerqueira da. II. Título.

UFPB/CCSA CDU 33(02)

BRUNA LALESKA DOS SANTOS SOBRAL

O CENÁRIO DO DESEMPREGO NO BRASIL E RELATOS SOBRE CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS ADICIONAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: 19 de julho de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Laércio Damiane Cerqueira Da Silva

Orientador - DE/CCSA/UFPB

Old Die Marcia Chistipa Shva i arxao (Oli D

Examinadora - DE/CCSA/UFPB

Prof^a Dr^a. Patrícia Araújo Amarante Examinadora **– DCSA/CCHSA/UFPB**



AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus, por me dar forças e me manter de pé até a conclusão de mais uma jornada em minha vida. Por não me deixar desistir, mesmo quando tudo parecia conspirar contra. Que a partir de agora eu possa trilhar mais um caminho, com toda sabedoria adquirida no decorrer deste curso. O caminho foi difícil e longo, mas nunca perdi a esperança e, principalmente, a minha fé.

Dedico todas as minhas realizações a minha avó materna, Josefa Barbosa, e aos meus pais, Márcio Sales e Adriana Santos, que sempre investiram na minha educação, me apoiaram e confiaram nas minhas escolhas, e agradeço do fundo do meu coração, toda dedicação e amor.

Agradeço também ao meu filho, Cauã Sobral, que desde o seu nascimento eu consigo enxergar o mundo de outra forma, e hoje posso dizer que ele foi o motivo do meu amadurecimento, e também me manteve de pé para ir em busca de um futuro melhor para mim e, consequentemente, para ele.

Não posso deixar de agradecer a minha tia Maria Aparecida, que nunca me deixou desistir, sempre acreditou no meu potencial e me fez enxergar que eu poderia conquistar tudo o que sempre sonhei. Agradeço também, todo apoio dado pelas minhas primas, Kalyne Amaral e Natália Di Lorenzo, que estiveram presentes em cada fase importante da minha vida. Em especial, a Kalyne Amaral, por se disponibilizar a me ajudar no que fosse necessário.

A toda minha família e amigos, que sempre me apoiaram e me deram todo amor que precisava nessa caminhada.

Ao meu orientador e professor, Laércio Cerqueira, que mesmo com a agenda cheia, acreditou no meu potencial e no projeto que o apresentei, me guiando e me incentivando a crescer na minha vida acadêmica. Agradeço não só pelo apoio acadêmico, mas também pelo apoio pessoal, nesta árdua jornada acadêmica.

Agradeço a todos os meus amigos da UFPB, em especial a Alison Silva, Karol Carvalho, Mari Oliveira, Layana Lima, Fernando Pessoa e Samuel Júnior, por todo apoio e companheirismo durante o curso.

Também não posso deixar de agradecer a todos os professores e funcionários da UFPB, que de alguma forma contribuíram para o meu crescimento acadêmico, mesmo que de forma rígida.

"A Tua palavra é lâmpada que ilumina os meus passos e luz que clareia o meu caminho."

RESUMO

Este trabalho visa explicar o cenário do desemprego no Brasil e relatar sobre as causas e as consequências relacionadas a pandemia ocasionada pelo Coronavírus, gerando uma recessão econômica, e que tem por objetivo analisar o mercado de trabalho e os fatores que elevam a taxa de desemprego nos últimos anos e as suas consequências. Pretende também verificar o grau de importância do desemprego como determinante da pobreza e inadimplência, identificar os grupos sociais mais prejudicados antes e durante a pandemia, e analisar os novos padrões de desenvolvimento do trabalho no cenário pandêmico, como o Home Office. O método escolhido para analisar o objeto de estudo deste trabalho foi a pesquisa descritiva e os principais dados coletados para a presente pesquisa foram retirados do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD). As variáveis escolhidas para determinar o desemprego foram idade, sexo e grau de escolaridade, tanto no Brasil quanto nas suas Regiões. Observou-se que após o avanço tecnológico, para permanecer ou ingressar no mercado de trabalho, os trabalhadores precisam investir em sua qualificação profissional, buscando um diferencial, já que a força de trabalho passou a ser menos necessária.

Palavras-Chave: Desemprego. Pandemia. Qualificação Profissional. Inadimplência.

ABSTRACT

This paper aims to explain the unemployment scenario in Brazil and report on the causes and consequences related to the pandemic caused by the Coronavirus, generating an economic recession, and which aims to analyze the labor market and the factors that increase the unemployment rate in recent years and its consequences. It also intends to verify the degree of importance of unemployment as a determinant of poverty and default, identify the social groups most affected before and during the pandemic, and analyze the new patterns of work development in the pandemic scenario, such as the Home Office. The method chosen to analyze the object of study of this work was descriptive research and the main data collected for this research were taken from the website of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), through the Continuous National Household Sample Survey (PNAD). The variables chosen to determine unemployment were age, sex and level of education, both in Brazil and in its regions. It was observed that, after technological advances, to remain or enter the labor market, workers need to invest in their professional qualification, seeking a differential, as the workforce became less necessary.

Keywords: Unemployment. Pandemic. Professional qualification. Default.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1OBJETIVOS	11
2 GLOBALIZAÇÃO E O EFEITO SOBRE O MERCADO DE TRABALHO	12
 2.1 Efeitos do desemprego sobre o consumo - Inadimplência	14 15
3 METODOLOGIA	18
3.1 Tipologia da Pesquisa	
4 ANÁLISES E RESULTADOS	20
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	27

1 INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho, composto por quem demanda e oferta trabalho, vem apresentando o nível de desemprego como uma de suas características principais. Este fenômeno ocorre quando o número de pessoas que estão dispostas a trabalhar é maior do que a quantidade ofertada de vagas, provocando um desequilíbrio entre os elementos do referido mercado. Ou seja, o excesso de mão de obra ofertada gera o desemprego.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considera como desempregados não apenas pessoas que não estão trabalhando, mas que estão à procura de trabalho, a partir dos 14 anos, idade considerada mínima necessária para trabalhar. Ou seja, não basta apenas não estar trabalhando, desconsiderando alguns grupos, como as donas de casa, empreendedores e estudantes. Destaca-se o fato que os empreendedores são considerados ocupados, os estudantes e as donas de casa são considerados fora da força de trabalho, de acordo com as divisões do mercado de trabalho.

Em suma, a força de trabalho é composta por quem está trabalhando, pessoas que têm idade para trabalhar (acima dos 14 anos) e quem está à procura de trabalho, integrando a taxa de desocupação, mais conhecida como taxa de desemprego, que é a porcentagem dos desempregados que fazem parte da força de trabalho.

Vê-se que diante de diversos problemas sociais enfrentados no mundo todo, o desemprego é atualmente um dos maiores, e os seus tipos mais evidentes estão: o estrutural, ocasionado pela mudança no modo de produção, como por exemplo, a introdução de novas tecnologias, substituindo os trabalhadores por máquinas, gerando uma grande quantidade de demissões; e o desemprego cíclico, ocasionado por dificuldades econômicas, tendo que reduzir o número de empregados em diversos setores da economia, atingindo tanto os trabalhadores qualificados quanto os menos qualificados. Além deles, também existe o desemprego sazonal e o friccional e cíclico.

Conforme Nogami (2012), o desemprego friccional é ocasionado porque os trabalhadores desempregados desconhecem as reais ofertas de trabalho, e os empregadores desconhecem a existência de mão de obra disponível, ou seja, é o desajuste entre a oferta e a demanda.

Já o desemprego sazonal, ocorre em função da sazonalidade de determinados tipos de atividade econômica, como a agricultura e o turismo, e que acabam causando

variações na demanda de trabalho em diferentes épocas do ano. O desemprego cíclico, mais conhecido como desemprego involuntário, ocorre diante de uma recessão econômica, um déficit nos gastos da economia, onde diminui a demanda por bens e serviços e reduz a produção. E por último, o desemprego, ocasionado por mudanças tecnológicas na economia.

Baseado nessas concepções, este trabalho tem por estuda a evolução do desemprego no Brasil, e qual público alvo mais atingido, com base nos dados publicados no site do IBGE, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD).

A Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) é excelente fonte pois apresenta informações contínuas sobre a inclusão da população brasileira no mercado de trabalho, que está ligada a características demográficas e de educação, incluindo informações para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do Brasil. A pesquisa é elaborada por meio de uma amostra de domicílios a cada três meses, em cerca de 3.500 municípios, investigando 211.344 residências particulares, em aproximadamente 16.000 setores censitários.

Ademais, este trabalho enfoca brevemente relatos sobre a situação do mercado de trabalho em tempos de pandemia. As restrições das atividades produtivas para o controle da expansão do vírus ocasionaram uma série de problemas que redundou em queda na contratação de pessoal, acordos trabalhistas para restrição da jornada de trabalho com efeitos no salário e, sobretudo, fechamento de estabelecimentos que gerou desemprego acelerado no período.

Este é o escopo deste trabalho. Com ou sem pandemia, com alta taxa de desemprego, o consumo é reduzido e o número de inadimplentes cresce no país, tornando-o um dos fatores mais importantes para explicar a pobreza e a desigualdade no Brasil. Além de efeitos econômicos estruturais, como destaca Bedin (2015), ao expor que a taxa de desemprego escoa em choques no sistema financeiro causando efeitos em algumas variáveis macroeconômicas, como inflação, taxas de juros e, provocando, em decorrência, a possibilidade de inadimplência e quebra de instituições financeiras.

Destarte, eis os objetivos desta pesquisa:

1.1 OBJETIVOS

Neste tópico serão detalhados os objetivos sugeridos neste estudo, que serviram como principais fundamentos para conduzir a pesquisa de maneira norteadora.

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar o mercado de trabalho e os fatores que elevam a taxa de desemprego no Brasil nos últimos anos.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Analisar os determinantes das principais características do aumento do desemprego e quais as suas consequências;
- b) Verificar o grau de importância do desemprego como determinante da pobreza e inadimplência;
- c) Identificar como o desemprego é distribuído entre os diversos grupos sociais e quais os mais prejudicados;
- d) Relatar sobre o nível de desemprego "Pós-Covid" e os novos padrões de desenvolvimento do trabalho com o cenário "novo normal".

2 GLOBALIZAÇÃO E O EFEITO SOBRE O MERCADO DE TRABALHO

A globalização e as crises econômicas tiveram grande influência para o crescimento do desemprego no país, e seus impactos se destacam cada vez mais. Claro que há pontos positivos, mas a sua intensificação apresenta inúmeros pontos negativos para o mercado de trabalho, sobretudo a partir da substituição de alguns trabalhadores por máquinas, em todos os setores além do industrial. Esse processo gerou o chamado desemprego estrutural, fenômeno no qual a mão de obra é substituída pelas máquinas.

Um exemplo pode ser observado nas agências bancárias, onde os caixas eletrônicos passaram a exercer quase todas as funções que antes eram realizadas pelos funcionários. Em contrapartida, novas oportunidades de trabalho também foram criadas, as quais exigem profissionais qualificados, como a exemplo os *experts* em Tecnologia da informação, que alimentam os softwares dos caixas eletrônicos.

Em linhas gerais, em decorrência desse fenômeno e novas formas de labor, muitas empresas pequenas e locais precisaram fechar as portas devido à chegada das empresas multinacionais.

De acordo com Paul Singer (1999), a partir desse momento, os desempregados passaram a ser chamados de exército industrial de reserva, ou seja, os pobres, que estavam excluídos socialmente, já que aceitavam ocupações precárias para se sustentarem.

A visão de maximizar os lucros das empresas é o reflexo do sistema capitalista e, consequentemente, visa aumentar a produção. Diante da globalização, e de todos os fatores que geraram o desemprego, a necessidade de produção em escala para se auferir mais lucros, com a substituição da mão de obra, representa ponto absolutamente negativo nessa nova configuração.

Segundo Daniela Arns (2017), a desigualdade socioeconômica, o desemprego, e a pobreza foram aprofundados por meio da globalização capitalista, principalmente com fluxo de produção em ritmo acelerado, após os avanços na tecnologia. A substituição de ferramentas manuais pelas máquinas geradas pelos avanços tecnológicos, após a Revolução Industrial, acarretou em consequências diretas para os trabalhadores.

2.1 Efeitos do desemprego sobre o consumo - Inadimplência

O Indicador Serasa *Experian* de Inadimplência do Consumidor afirma que as crises econômicas e o desemprego são os fatores que mais atingem o orçamento familiar, gerando consumidores inadimplentes. O consumidor inadimplente é o indivíduo que não efetuou o pagamento de uma conta, ou seja, possui uma dívida em aberto. Essa inadimplência vai restringir o acesso ao crédito desse consumidor e desorganizar a sua vida financeira. Para evitar se tornar um consumidor inadimplente, é necessário realizar um levantamento de todos os gastos, para saber quais os gastos estão sendo desnecessários e realizar cortes nos gastos e poupar o dinheiro.

O principal motivo da inadimplência é, de fato, o desemprego, sobretudo quando em alta devido a recessão econômica. Por isso as famílias não conseguem pagar e quitar suas dívidas, gerando uma maior preocupação com o risco de crédito, segundo a pesquisa realizada pelo SPC Brasil (2018). Esse alto nível de endividamento dos brasileiros é contribuído pelo cenário macroeconômico do país.

Ademais, o consumo em excesso e desnecessário pode ser ocasionado por problemas emocionais, como ansiedade, e até mesmo por insatisfação ou problemas relacionados ao trabalho subvalorizado. Esses foram os principais fatores que contribuíram para o desequilíbrio no orçamento dos trabalhadores, os tornando inadimplentes. A recomendação é fazer um planejamento do seu orçamento para identificar onde os gastos poderão ser cortados, investir em uma reserva financeira e evitar fazer compras por impulso, para não gerar prejuízos no médio e longo prazo, em caso da possibilidade de desemprego.

Linardi e Ferreira (2009) explicam que a razão entre o montante de crédito inadimplente e o total de crédito concedido pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN) é o que define a taxa de inadimplência. As contas vencidas há mais de noventas dias é o que representa o crédito inadimplente, o qual está absolutamente proporcional a taxa de desempregados no país.

Para eles, o esperado é que haja uma redução da taxa de inadimplência a partir da redução do desemprego devido a uma maior atividade econômica, gerada pela redução do estoque de crédito com parcelas atrasadas, e também pelo aumento da concessão de crédito, mas esse efeito é razoavelmente lento de se observar.

Sendo assim, as instituições financeiras devem realizar um bom gerenciamento de risco de crédito com observância para a taxa de desemprego, já que os *spreads* bancários em cenário de tendência de redução de oferta de trabalho elevam a

inadimplência. E a preocupação com o risco de crédito se torna mais necessária ainda quando se trata de um cenário de recessão econômica, com efeitos negativos sobre trabalhadores sem boa qualificação profissional, justamente os que, em tese demandam maior volume de crédito.

2.2 Qualificação Profissional

Para facilitar o acesso e permanência no mercado de trabalho, é essencial que os trabalhadores invistam em sua qualificação profissional, buscando diferencial, principalmente após o avanço tecnológico, onde a força de trabalho passou a ser menos necessária. Ademais, em meio à recessão econômica, profissionais com boa qualificação são menos afetados pela crise no mercado de trabalho e até aumentam sua remuneração, pois conseguem fazer desse momento uma oportunidade.

Com respeito a população economicamente ativa jovem, apesar dos mais qualificados também enfrentarem dificuldades para ingressar no mercado de trabalho, os números são mais favoráveis se comparados aos que não possuem uma qualificação profissional. No primeiro trimestre de 2021, a população com Ensino Médio Completo representava 28,5% e a taxa de desocupação foi de 17,2%, já a população com Ensino Superior Completo representava apenas 16,7% e a taxa de desocupação foi de 8,3%, segundo dados do IBGE.

Vale salientar que no Brasil são disponibilizados alguns programas gratuitos oferecidos pelo governo e em parceria com as indústrias, empresas públicas e privadas e fundações, para qualificação profissional, onde são destinados cursos técnicos e profissionalizantes para população em geral.

Porém as vagas destinadas não são proporcionalmente suficientes para a parcela de desempregados. Um desses cursos é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, mais conhecido como Pronatec, criado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2011, para ofertar de forma gratuita, cursos de educação profissional e tecnologia, para garantir que jovens e adultos se qualifiquem e alcancem grandes oportunidades profissionais.

Entende-se que o desemprego se concentra nas classes mais baixas, em decorrência dos indivíduos não possuírem tantos recursos para investir na sua qualificação, devido a necessidade de começar a trabalhar logo cedo para sustento da família, tirando de certa forma o direito de se qualificar profissionalmente.

Conforme Reis (2016), o mercado de trabalho não é uma questão de escolha, trata-se de uma adequação do profissional da situação econômica e de mercado e relacionando a percepção dos indivíduos em relação à formação acadêmica. Ele concluiu em seu estudo que a faculdade torna-se um diferencial no que diz respeito à abrangência dos conhecimentos, porém, a prática e a teoria devem andar paralelamente.

2.3 A Pandemia: Observações do Desemprego a partir do Novo Corona Vírus

Declarada no dia 11 de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a pandemia da COVID-19 gerou grandes impactos mundiais na saúde pública e um grande choque na economia e no mercado de trabalho. A doença se propagou de uma forma muito rápida, e a principal forma de prevenção foi o isolamento social, promovendo várias mudanças no mercado de trabalho e atingindo com maior intensidade quem reside em áreas precárias e vive na informalidade, onde as remunerações são pequenas e/ou irregulares, como é o caso de milhões de brasileiros, que são os trabalhadores que não possuem proteção social, nem condições básicas de trabalho.

Com o isolamento social, que foi a principal medida adotada para restringir a movimentação de pessoas, para evitar a proliferação do vírus, muitos trabalhadores foram demitidos, porque tiveram suas atividades produtivas interrompidas. Devido a essa crise sanitária, que teve como consequência o aumento do desemprego, esses trabalhadores passaram a necessitar de assistência social maior para protegê-los da fome e da pobreza. Além disso, uma das consequências desse desemprego gerou um colapso no Sistema Único de Saúde (SUS), já que houve muitos cancelamentos dos contratos de planos de saúde, que antes da pandemia já vinha sofrendo por causa do congelamento dos gastos públicos, resultado da Emenda Constitucional 95/2016.

De acordo com o IBGE, em uma pesquisa divulgada no dia 31 de março de 2021, o Brasil bateu mais um recorde de desemprego, somando mais de 14 milhões de pessoas sem ocupação, e à medida que a pandemia avança, o esperado é que essa crise no mercado de trabalho se agrave ainda mais, deixando mais trabalhadores sem assistência. Sendo assim, o auxílio emergencial se tornou indispensável para esses trabalhadores, já que não dá pra imaginar o mercado de trabalho se reerguendo antes da pandemia estar controlada.

O trabalho informal no Brasil ultrapassou os 50% em 2009, em 2017 chegou a 40,8%. No último trimestre de 2020 alcançou uma taxa de informalidade de 39,5% no mercado de trabalho. Fora a informalidade, a classe trabalhadora passa a sofrer também com a precarização das condições de trabalho, redução de salários e perdas dos seus direitos.

No Brasil, as taxas de desemprego estão em crescimento, ocasionando desigualdade social que afeta algumas áreas do país e modernização nas maneiras de trabalhar, dispensando mão de obra e exigindo cada vez mais qualificação. Desta forma, gerando o aparecimento de trabalhos informais, no qual vários brasileiros recorreram para sobreviver diante as dificuldades do novo cenário.

A Pandemia trouxe mais um agravante, devido a recomendação de um isolamento social e a impossibilidade da abertura de comércios, onde as empresas perderam muitos clientes, e as pequenas empresas não resistiram e fecharam as portas, gerando ainda mais desempregos. As empresas que permaneceram abertas tiveram que se adaptar à nova normalidade de trabalho, evoluído na parte tecnológica e remota para melhor atendimento ao cliente e prestação dos serviços.

2.4 Novas Formas de Trabalho a partir do "Novo Normal"

Muitos impactos foram causados nas empresas que permaneceram em funcionamento durante o período de isolamento e fechamento de grande parte do comercio, mudanças essas que permanece até os dias atuais.

O denominado "Novo Normal" trouxe mudanças de formas laborais e tecnológicas impostas por uma pandemia e uma doença devastadora. Pode-se afirmar que o Brasil teve que evoluir no trabalho remoto de uma forma muito rápida e nunca vista anteriormente.

Segundo a SOBRATT, que é a Sociedade Brasileira de Teletrabalho e Teleatividades, trabalho remoto é o mesmo que teletrabalho (no entanto o teletrabalho sempre é realizado de forma remota) e definindo como todo e qualquer trabalho realizado à distância (tele), fora do local tradicional de trabalho, com a utilização da tecnologia da informação, comunicação com computadores, telefonia fixa e celular e toda tecnologia que permita trabalhar em qualquer lugar, recebendo e transmitindo informações, arquivos de texto, imagem ou som relacionados à atividade laboral.

Essa nova forma de trabalhar trouxe diversos impactos nas pessoas inseridas no mercado de trabalho, destacam-se alguns pontos positivos em relação a essa nova forma de laborar como: conforto, atualização de tecnologias, segurança – principalmente em relação ao Covid-19 e flexibilidade de horários, e como pontos negativos: adequação de novas rotinas e novas ferramentas tecnológicas.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipologia da Pesquisa

O presente estudo utiliza-se do método de pesquisa descritiva, visando analisar o objeto de estudo, que neste caso é o desemprego, realizando uma coleta de dados qualitativos, de forma imparcial e sem interferências do pesquisador. Este trabalho busca enfocar de forma breve no assunto, novos fatos e fenômenos, destacando o caso da pandemia do novo Coronavírus, apesar de se tratar de fato recente e ainda em curso.

Segundo Gil (2008), o objetivo principal das pesquisas descritivas de determinadas populações ou fenômenos é descrever suas características, estabelecendo relações entre as variáveis e utilizando técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. Além de identificar a existência de relações entre variáveis, também pretende determinar a natureza dessa relação.

Neste trabalho, também será realizado um método de investigação científica, que ocorre em um cenário real, ou seja, uma pesquisa qualitativa, utilizando algumas estratégias de investigação, como a pesquisa bibliográfica, que tem como objetivo analisar informações já existentes. Os métodos qualitativos estão cada vez mais presentes nos estudos que utilizam dados sociais, como desemprego e pobreza. O objetivo do modelo nessa pesquisa é compreender a posição do indivíduo que está desempregado e analisar a probabilidade do indivíduo estar entre os que estão desempregados.

A pesquisa qualitativa busca analisar e compreender a realidade de determinados fenômenos, por meio da percepção de diversos atores sociais, com base na análise de dados qualitativos.

3.2 Dados utilizados

Os dados dessa pesquisa serão coletados através do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), com o objetivo de analisar a evolução do desemprego no Brasil, suas causas e consequências. Alguns dados também são de fácil acesso no site do SPC Brasil e Serasa Experien de Inadimplência do Consumidor, com o

objetivo de avaliar a relação do desemprego com a taxa de inadimplência no país.

De acordo com a lei nº 5.598/2005, que é uma exceção para o jovem ingressar no mercado de trabalho, onde a partir dos 14 anos, ele poderá ser contratado como Jovem Aprendiz, mas é só a partir dos 16 anos que o jovem é permitido trabalhar legalmente. Mesmo assim, a pesquisa é realizada com base nos indivíduos maiores de 14 anos, que é a idade mínima necessária para trabalhar, de acordo com o IBGE.

As variáveis escolhidas para determinar o desemprego foram idade, sexo e grau de escolaridade, tanto no Brasil quanto nas suas cinco grandes Regiões, que são Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro Oeste. Em relação à idade, subdivide-se em cinco grupos, o primeiro grupo com os indivíduos entre 14 e 17 anos, o segundo entre 18 e 24 anos, o terceiro entre 25 e 39 anos, o quarto entre 40 e 59 anos, e por último os indivíduos com 60 anos de idade ou mais. A categoria Escolaridade, ou nível de instrução, está dividido em seis grupos: sem instrução ou menos de 1 ano de estudo, ensino fundamental incompleto, ensino fundamental completo, médio completo, superior incompleto e superior completo. E a categoria Sexo está dividido entre homens e mulheres.

4 RESULTADOS DAS ANÁLISES

A PNAD, que é a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua do IBGE, mostra quantos desempregados há no Brasil. Essa pesquisa serve para acompanhar a evolução da força de trabalho e do desenvolvimento socioeconômico no país, tanto no curto quanto no longo prazo.

Com base na PNAD, a definição de taxa de desemprego, ou taxa de desocupação, é dada pela porcentagem de pessoas que estão desempregadas e fazem parte da força de trabalho. São consideradas desempregadas as pessoas com idade acima de 14 anos, que é a idade mínima para trabalhar, que não estão trabalhando, mas que estão à procura de trabalho.

O mercado de trabalho divide a população da seguinte forma: pessoas desocupadas (desempregados), ocupados, fora da força de trabalho (incluindo estudantes e dona de casa) e abaixo da idade de trabalhar. Ocupados e desocupados, acima de 14 anos de idade, fazem parte da força de trabalho. Já as pessoas que não estão procurando trabalho e menores de 14 anos de idade, estão fora da força de trabalho.

Este trabalho busca analisar a evolução da taxa de desemprego a partir do ano 2015 até o último trimestre de 2021, avaliando quais os grupos sociais mais atingidos, com ênfase, nesse último período, na pandemia do Covid-19.

Para calcular a taxa de desemprego, é preciso dividir a população desocupada (PD), que são os desempregados que estão à procura de emprego, com a população economicamente ativa (PEA), que é a população de empregada e desempregada, ou seja, Taxa de Desemprego = (PD ÷ PEA) x 100%.

Destarte, os Quadros abaixo apresentam - sem maiores delongas - a taxa de desocupação no Brasil, entre 2015 e 2020, de forma Global, por regiões a cada trimestre entre 2019-2021, destacando comparativamente a Região Nordeste com a Região Sul.

Apresentar-se-á inicialmente os quadros, e - após todas as exposições visuais – uma exploração descritiva dos dados exibidos.

2015

Taxa Média Anual de Desocupação no Brasil 2015-2020 13,5% 15.0% **2020** 11,9% 12,3% 12,7% 11.5% **2019** 10,0% 8,5% **2018** 5,0% 2017 2016 0,0%

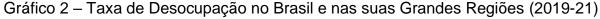
Gráfico 1: Taxa Média Anual de Desocupação do Brasil 2015-2020.

2018

Fonte: IBGE/PNAD.

2020

2019



2017

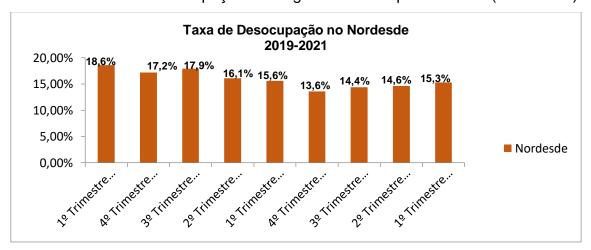
2016

2015



Fonte: IBGE/PNAD

Gráfico 3 – Taxa de Desocupação na Região Nordeste por trimestre (2021-2019)



Fonte: IBGE/PNAD

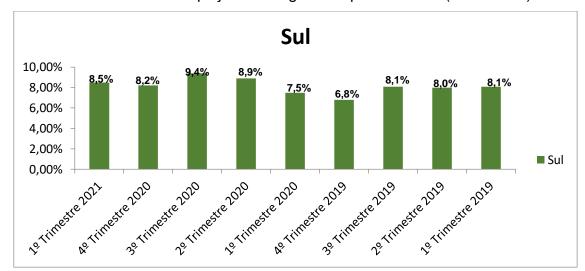


Gráfico 4 – Taxa de Desocupação na Região Sul por trimestre (2021-2019)

Fonte: IBGE/PNAD.

Os dados divulgados pelo IBGE, a partir da PNAD apontam que a taxa de desocupação no Brasil, no 1º trimestre de 2021 (janeiro, fevereiro e março), é a maior de toda história, 14,7%, atingindo a marca de 14,8 milhões de brasileiros desempregados e 6 milhões de desalentados.

Comparando com a taxa do 4º trimestre de 2020 (outubro, novembro, dezembro), que foi de 13,9%, essa taxa teve um aumento de 0,8 ponto percentual. E comparando com o mesmo período em 2020, esse aumento foi de 2,5 ponto percentual, já que a taxa de desocupação no 1º trimestre de 2020 foi de 12,2%. A Região Nordeste obteve um aumento de 0,8 ponto percentual, sua taxa passou de 17,4% no 4º trimestre de 2020 para 18,6%, e continua sendo a maior taxa de todas as regiões, enquanto a Região Sul continua apresentando a menor taxa, com um aumento de 0,3 ponto percentual, já que sua taxa era de 8,2% no 4º trimestre de 2020 e alcançou 8,5% no 1º trimestre de 2021. No 3º trimestre de 2019, a taxa de desocupação estava decrescente, mas voltou a crescer no início de 2020, e um dos fatores que ocasionaram esse aumento foi a Pandemia da Covid 19, mostrando que, de fato, os efeitos do coronavírus foram acentuados sobre a economia brasileira.

E quais os diferenciais, por gênero, da taxa de desocupação? Eis o Quadro 5 abaixo:

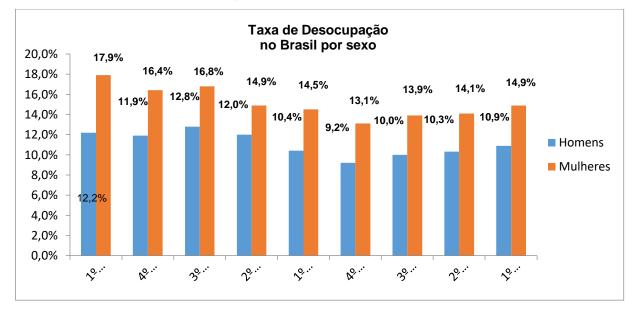


Gráfico 5 – Taxa de Desocupação do Brasil por Sexo (2019-21)

Fonte: IBGE/PNAD

Durante muitos anos, a taxa de desocupação entre as mulheres vem sendo bem maior que a taxa de desocupação dos homens. No 1º trimestre de 2021, essa diferença foi de 5,5 ponto percentual. Comparando com o 4º trimestre de 2020, a taxa de desocupação entre os homens teve um aumento de 0,3 ponto percentual, sua taxa era de 11,9% e aumentou para 12,2%.

Comparando com o mesmo período no ano de 2020, o aumento foi de 1,8 ponto percentual, porque sua taxa tinha sido de 10,4% no 1º trimestre de 2020. Mas foi no 3º trimestre de 2020 que alcançou sua maior taxa durante os anos estudados, que foi entre 2019 e 2021. Já a taxa de desocupação entre as mulheres obteve um aumento de 1,5 ponto percentual, comparando com o 4º trimestre de 2020, onde sua taxa passou de 16,4% para 17,9%, alcançando sua maior taxa registrada nesse estudo. Um dos motivos pelo qual a taxa de desocupação entre as mulheres é maior que a dos homens é porque a sua população é maior. Atualmente, a população feminina representa 54,5% dos desocupados do Brasil com idade superior a 14 anos, enquanto a população masculina representa 45,5%.

E os diferenciais da taxa de desocupação por idade? O Quadro 1 apresenta os dados:

Quadro 1 – Taxa de Desocupação do Brasil por Idade (2021-2019)

Período	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais
1º Trimestre 2021	46,3%	31,0%	14,7%	9,7%	5,7%
4º Trimestre 2020	42,7%	29.8%	13,9%	9,0%	5,0%
3º Trimestre 2020	44,2%	31,4%	14,2%	9,9%	5,1%
2º Trimestre 2020	42,8%	29,7%	12,9%	8,7%	4,8%
1º Trimestre 2020	44,0%	27,1%	11,2%	7,5%	4,4%
4º Trimestre 2019	39,2%	23,8%	10,3%	6,6%	4,2%
3º Trimestre 2019	40,6%	25,7%	10,8%	7,1%	4,6%
2º Trimestre 2019	42,2%	25,8%	11,1%	7,2%	4,8%
1º Trimestre 2019	44,5%	27,3%	11,9%	7,5%	4,5%

Fonte: IBGE / PNAD

Os jovens com idade entre 14 e 17 anos apresentam a maior taxa de desocupação, onde seu recorde foi de 46,3% no 1º trimestre de 2021, mas também representam a menor porcentagem da população diante dos desocupados do Brasil, que atualmente é de 1,2%, e por conta da idade apresenta uma maior taxa de desocupação. Os jovens com idade entre 18 e 24 anos representavam 11,1% da população total dos desocupados, enquanto os adultos na faixa de 25 a 39 anos representam 34,7%, entre 40 a 59 anos representam 44,1% e os idosos com 60 anos ou mais representam 8,9%.

Por fim, como se apresentam os dados da taxa de desocupação no Brasil por nível de instrução? A Quadro 2, abaixo, responde:

Quadro 2 – Taxa de Desocupação do Brasil por Nível de Instrução (2021 – 2019)

Período	Sem Instrução	Ensino Fund. Inc.	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo
1º Trimestre 2021	9,9%	13,7%	15,4%	24,4%	17,2%	17,5%	8,3%
4º Trimestre 2020	10,5%	13,2%	16,0%	23,7%	16,1%	16,9%	6,9%
3º Trimestre 2020	12,2%	14,2%	16,9%	24,3%	17,0%	17,1%	7,0%
2º Trimestre 2020	13,1%	12,9%	15,8%	22,4%	15,3%	15,8%	6,4%
1º Trimestre 2020	9,6%	11,3%	13,8%	20,4%	14,1%	14,0%	6,3%
4º Trimestre 2019	8,9%	10,5%	12,3%	18,5%	12,2%	12,5%	5,6%
3º Trimestre 2019	8,4%	11,4%	13,8%	20,6%	12,9%	13,1%	5,9%
2º Trimestre 2019	8,7%	11,1%	13,9%	20,5%	13,6%	14,1%	6,1%
1º Trimestre 2019	10,2%	11,4%	13,9%	22,1%	14,5%	14,1%	6,1%

Fonte: IBGE / PNAD

A maior parte da população possui apenas ensino médio completo, representando 40,4% da população de desocupados do Brasil. E apenas 1,2% dos desocupados não possuem instrução ou tem menos de 1 ano de estudo. Comparando com o 4º trimestre de 2020, o 1º trimestre de 2021 houve uma redução da taxa de desocupação da população sem instrução e com ensino médio incompleto, nas outras categorias houve um aumento. A população sem instrução era de 10,5% e passou a apresentar a taxa de 9,9%, uma redução de 0,6 ponto percentual. Um aumento bem significativo também foi observado na população com ensino superior completo, passando de 6,9% para 8,3%, um aumento de 1,4 ponto percentual.

Desta forma, os fatores que elevam a taxa de desemprego no Brasil nos últimos anos estão interligados com a falta a disponibilidade de postos de trabalhos para indivíduos com pouca qualificação profissional, visto que a maior parte dos desempregados possuem apenas ensino médio completo, representando 40,4% da população de desocupados do Brasil. Para solucionar a problemática e ocupar os postos de trabalhos, o mundo está a cada momento mais automatizado e informatizado, se faz necessário atualização, investir e incentivar na qualificação profissional desses indivíduos, seja por cursos de qualificação, cursos técnicos ou de nível superior. Desta forma, eleva-se a qualidade profissional e diminuindo os níveis de desemprego no Brasil. Um País que investe e incentiva a educação, torna-se um país mais desenvolvido e com menos problemas sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos maiores problemas sociais que o Brasil enfrenta hoje em dia é o desemprego. Para superar essa crise econômica, ocasionada por diversos fatores que o País já vinha enfrentado, mas que foi agravada pela Pandemia do Corona Vírus, o Brasil vai precisar realizar bons investimentos e melhorar principalmente em três pontos que ele falhou: cresceu pouco, não investiu na educação e sua legislação é péssima. Esse investimento será necessário para o Brasil melhorar suas taxas de desemprego e informalidade. E quem paga a conta do desemprego é toda a população, por meio de aumento de impostos, já que será necessário cobrir as despesas com auxílios, seguro desemprego, e entre outras despesas geradas pelas pessoas que estão desempregadas e sem condições de arcar com as suas necessidades básicas.

No período da Pandemia, que teve início no Brasil em 2020 e permanece até hoje, o número de desempregados aumentou de forma significativa. O isolamento social, que foi a principal medida tomada para frear a proliferação do vírus, prejudicou muitas empresas, principalmente as micro e pequenas empresas, deixando muitas pessoas desempregadas. Apesar de essa crise ter prejudicado a todos, os mais prejudicados são as classes mais baixas, os jovens e pessoas sem estudos, que necessitam de mais assistência.

Além dos problemas enfrentados pelo desemprego involuntário, outros problemas também são agravados, como os problemas psicológicos e a saúde física tanto dos trabalhadores quanto da sua família. E de forma indireta, o crime e a violência acabam também sendo consequências desse desemprego, principalmente entre os jovens e adultos das classes mais baixas, que ao se verem sem renda, buscam na criminalidade um refúgio, para se sustentar e sustentar sua família, ocasionando vários problemas familiares.

Na era da globalização e do processo tecnológico, o desemprego estrutural se tornou mais um problema, já que as máquinas chegaram ao mercado para substituir a mão de obra. E apesar de proporcionar melhorias em algumas áreas, essa mudança tecnológica realizou cortes desnecessários da mão de obra disponível, mesmo apresentando pontos positivos, como aumento da produtividade e eficiência das empresas.

REFERÊNCIAS

ARNS, Daniela. **Tempos do Cotidiano de uma Cooperativa de Economia Solidária.** Dissertação de Mestrado. Pontifíca Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

BEDIN, Lueh Polsinelli. **Análise Empírica da Relação entre a Taxa de Desemprego e a Inadimplência.** Dissertação de Mestrado. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2015.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.598 de 1 de dezembro de 2005. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, D.F., 2 dez. 2005. Seção 1, pt. 1, p. 2-4.

DIAS FILHO, J.M.; CORRAR, L.J. Regressão logística. In: CORRAR, L.J; PAULO, E.;DIAS FILHO, J.M. (Orgs.). **Análise multivariada para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia.** São Paulo: Atlas, 2012, p. 280-323.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos**. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6ª Ed. São Paulo: Atlas. 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php. Acesso em: Junho de 2021.

LINARDI, F.M.; FERREIRA, M.S. Spread Bancário e os Determinantes da Inadimplência. 31ª Reunião da Sociedade Brasileira de Econometria – FGV. 2009.

NOGAMI, Otto. **Economia.** 1^a Ed. Curitiba: lesde Brasil S.A., 2012.

REIS, Bruna Benini. **Planejamento de carreira em um contexto de crise.** Disponível

https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/1456/1/2016BrunaBeninidosReis.pdf. Acesso em: Junho 2021.

SERASA – **CENTRALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DOS BANCOS.** Disponível em: https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/inadimplencia/>. Acesso em: Outubro de 2019.

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego:** Diagnóstico e Alternativas. 3ª Edição. São Paulo: Editora Contexto, 1999.

SOBRRAT — **SOCIEDADE BRASILEIRA DE TELETRABALHO E TELEATIVIDADES.** Disponível em:< http://www.sobratt.org.br/>. Acesso em : Maio de 2021.

SPC – **SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO.** Disponível em: http://www.spcbrasil.org.br/. Acesso em : Outubro de 2019.